



CARTOGRAFIAS DO BOM VIVER E FORMAÇÃO DOCENTE: TERRITÓRIO, DEMOCRACIA VIVA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

CARTOGRAPHIES OF GOOD LIVING AND TEACHER TRAINING: TERRITORY, LIVING DEMOCRACY, AND PEDAGOGICAL INNOVATION

DOI: 10.5281/zenodo.23245207



Carlos Eduardo Panosso¹

RESUMO

Em contextos marcados por crise democrática, desigualdades estruturais e disputas em torno do sentido da educação, torna-se urgente repensar a formação docente como espaço de reconstrução da experiência democrática. Este artigo propõe articular o conceito latino-americano de Bom Viver com a formação de educadores, defendendo que práticas territoriais participativas podem contribuir para uma democracia viva nas escolas. A partir da investigação “Cartografias do Bom Viver”, desenvolvida no Brasil e em diálogo com Portugal no âmbito de estágio pós-doutoral, argumenta-se que a formação docente pode integrar metodologias territoriais, cartografia social e sistematização de experiências como dispositivos pedagógicos de inovação democrática. O referencial dialoga com Walter Mignolo, Alberto Acosta, Eduardo Gudyñas e Boaventura de Sousa Santos, tensionando suas contribuições à luz de perspectivas decoloniais. Defende-se que a democracia se aprende na experiência e que a formação de professores deve assumir centralidade estratégica na reconstrução do vínculo entre escola, território e justiça social.

Palavras-chave: Bom Viver; Formação docente; Democracia viva; Educação para o desenvolvimento; Inovação pedagógica.

ABSTRACT

In contexts marked by democratic crisis, structural inequalities, and disputes surrounding the meaning of education, it becomes urgent to rethink teacher training as a space for reconstructing democratic

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Brasil. E-mail: panosso@ifto.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0226-9364>.





experience. This article proposes to articulate the Latin American concept of Good Living with teacher training, arguing that participatory territorial practices can contribute to a living democracy in schools. Based on the research "Cartographies of Good Living," developed in Brazil and in dialogue with Portugal within the scope of a postdoctoral internship, it is argued that teacher training can integrate territorial methodologies, social cartography, and systematization of experiences as pedagogical devices for democratic innovation. The framework engages with Walter Mignolo, Alberto Acosta, Eduardo Gudyñas and Boaventura de Sousa Santos, challenging their contributions in light of decolonial perspectives. It is argued that democracy is learned through experience and that teacher training should assume strategic centrality in reconstructing the link between school, territory, and social justice.

Keywords: Good Living; Teacher training; Living democracy; Education for development; Pedagogical innovation.

1. INTRODUÇÃO: DEMOCRACIA VIVA E CRISE DO PARADIGMA FORMATIVO

Nas primeiras décadas do século XXI, a democracia enfrenta tensões profundas que atravessam instituições políticas, dinâmicas sociais e sistemas educacionais. A intensificação das desigualdades, a reorganização geopolítica global e a emergência de disputas territoriais evidenciam que a democracia não pode ser compreendida fora das relações de poder que estruturam o sistema-mundo (SANTOS, 2006; MIGNOLO, 2008). A crescente circulação de desinformação e a crise de legitimidade das instituições reforçam esse cenário, colocando em xeque formas democráticas baseadas no diálogo, na participação e na justiça social. Nesse contexto, compreender a democracia implica situá-la em um campo geopolítico mais amplo, marcado por assimetrias entre territórios, saberes e sujeitos.

A educação assume, assim, papel estratégico não apenas na formação cidadã, mas na construção de leituras críticas sobre o mundo contemporâneo. Em particular, o ensino de geopolítica crítica emerge como dimensão fundamental para a formação de educadores capazes de interpretar relações de poder, dinâmicas territoriais e disputas em torno do desenvolvimento (SANTOS; MENESES, 2009). A formação docente, nesse cenário, não pode limitar-se à dimensão técnico-pedagógica; ela exige articulação entre análise crítica da realidade, compreensão geopolítica e compromisso ético-político com a transformação social, conforme já indicado por Freire (1975) ao defender o caráter intrinsecamente político da





educação.

Este artigo insere-se nesse debate ao propor uma articulação entre o ensino de geopolítica crítica e o conceito latino-americano de Bom Viver, entendido como horizonte alternativo ao paradigma hegemônico de desenvolvimento (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2011). Ao tensionar a centralidade do crescimento econômico e do progresso linear, o Bom Viver introduz uma perspectiva relacional baseada na vida, na comunidade e na sustentabilidade, permitindo reconfigurar o próprio modo como se ensina e se interpreta a geopolítica. Nesse sentido, ensinar geopolítica a partir do Bom Viver implica deslocar o foco das disputas entre Estados para a análise de modos de vida, territorialidades e racionalidades plurais.

A partir da investigação “Cartografias do Bom Viver”, desenvolvida no Brasil e em diálogo com Portugal no âmbito de estágio pós-doutoral no Instituto Politécnico de Bragança, argumenta-se que práticas territoriais e experiências comunitárias podem ser mobilizadas como dispositivos formativos para leitura crítica do território. Tais práticas permitem compreender a geopolítica não apenas como campo de disputas macroestruturais, mas como dimensão vivida no cotidiano dos territórios, onde se produzem alternativas ao desenvolvimento hegemônico.

Do ponto de vista teórico, o texto dialoga com as contribuições de Walter Mignolo (2008), Alberto Acosta (2016), Eduardo Gudynas (2011) e Boaventura de Sousa Santos (2006), articulando-as às Epistemologias do Sul e às perspectivas decoloniais. Sustenta-se que a democracia se aprende na experiência (FREIRE, 1975), mas também na capacidade de interpretar criticamente as dinâmicas geopolíticas que estruturam desigualdades. Como contribuição, o artigo propõe integrar geopolítica crítica, formação docente e práticas territoriais em um quadro analítico que fortaleça o vínculo entre educação, território e justiça social.

Por fim, destaca-se que esta reflexão constitui um trabalho em andamento, desenvolvido no contexto de estágio pós-doutoral e da experiência docente na disciplina de geopolítica no Instituto Politécnico de Bragança. Trata-se, portanto, de uma investigação de





caráter exploratório e processual, ainda sem a pretensão de apresentar resultados conclusivos, mas orientada à construção de caminhos teórico-metodológicos para o ensino de geopolítica crítica a partir do horizonte do Bom Viver.

2. DEMOCRACIA, FORMAÇÃO DOCENTE E GEOPOLÍTICA CRÍTICA

A compreensão da democracia como experiência vivida constitui um dos aportes mais relevantes para repensar a formação docente. Mais do que um regime político, a democracia pode ser entendida como forma de vida baseada na comunicação, na participação e na reconstrução contínua da experiência social (SANTOS, 2006). A educação, nesse horizonte, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas envolve a criação de condições para que os sujeitos participem ativamente da construção do comum. O pedagogo brasileiro Paulo Freire (1975) radicaliza essa perspectiva ao evidenciar o caráter político da educação, defendendo uma pedagogia dialógica orientada à conscientização e à transformação social. A formação de educadores, portanto, ocupa lugar central na sustentação de práticas democráticas, especialmente em contextos de crise.

Entretanto, os desafios contemporâneos exigem ampliar esse referencial à luz das dinâmicas geopolíticas que estruturam o mundo atual. A democracia não se realiza em um vazio abstrato, mas em territórios atravessados por relações de poder multiescalares, disputas por recursos e hierarquias globais (AGNEW, 2003; Ó TUATHAIL, 1996). Nesse sentido, o ensino de geopolítica crítica torna-se fundamental para a formação docente, ao possibilitar a leitura das desigualdades como expressão de processos históricos, espaciais e discursivos. Ensinar geopolítica, sob essa perspectiva, implica problematizar narrativas hegemônicas, desnaturalizar fronteiras e compreender o território como construção social e política.

Essa inflexão implica reconhecer que a educação não apenas reflete, mas também participa da produção e reprodução dessas assimetrias. O currículo, os conteúdos e as práticas pedagógicas são atravessados por disputas epistemológicas que definem quais conhecimentos são legitimados e quais são marginalizados (SANTOS; MENESES, 2009; WALSH, 2009).





Assim, a formação docente orientada pela geopolítica crítica exige incorporar uma perspectiva decolonial, capaz de questionar a colonialidade do saber e ampliar o reconhecimento de epistemologias outras.

É nesse ponto que o diálogo com o conceito de Bom Viver adquire centralidade. Ao tensionar o paradigma do progresso e questionar a centralidade do crescimento econômico como medida de desenvolvimento, o Bom Viver introduz uma perspectiva relacional baseada na vida, na comunidade e na sustentabilidade (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2011). Mais do que uma alternativa econômica, trata-se de um horizonte ético-político que redefine as relações entre sociedade, natureza e conhecimento. Ao ser incorporado ao ensino de geopolítica, o Bom Viver permite deslocar o foco das análises centradas no Estado e no mercado para a compreensão de territorialidades plurais e modos de vida que resistem à lógica dominante.

Essa articulação possibilita compreender a formação docente como espaço de mediação entre diferentes escalas — global, nacional e local — e entre distintas racionalidades. A geopolítica crítica, nesse sentido, deixa de ser apenas um campo analítico e passa a constituir-se como prática pedagógica, orientada à leitura situada do mundo. Ensinar geopolítica, portanto, implica formar educadores capazes de interpretar relações de poder, identificar conflitos territoriais e reconhecer experiências que apontam para alternativas ao desenvolvimento hegemônico.

As Epistemologias do Sul (SANTOS, 2006) e as perspectivas decoloniais reforçam essa inflexão ao evidenciar que as desigualdades são também epistemológicas, resultantes de processos históricos de silenciamento e subalternização de saberes. Incorporar tais perspectivas à formação docente significa ampliar o repertório analítico dos educadores, permitindo-lhes trabalhar com múltiplas formas de conhecimento e valorizar experiências territoriais frequentemente invisibilizadas.

Assim, integrar geopolítica crítica à formação docente implica não apenas introduzir novos conteúdos, mas reconfigurar o próprio sentido da educação. Trata-se de formar educadores capazes de ensinar geopolítica a partir de uma perspectiva crítica ao





desenvolvimento, articulando análise territorial, pluralidade epistemológica e compromisso com a justiça social. Nesse horizonte, a democracia deixa de ser apenas um ideal normativo e passa a ser compreendida como prática situada, construída na interseção entre território, conhecimento e ação pedagógica.

3. GEOPOLÍTICA CRÍTICA, TERRITÓRIO E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DOCENTE

A incorporação da geopolítica crítica à formação docente exige deslocar o foco do ensino abstrato de conteúdos para a análise situada das relações de poder que estruturam os territórios. Nesse sentido, o território deixa de ser compreendido como mero espaço geográfico e passa a ser entendido como construção histórica, política e relacional, atravessada por disputas econômicas, culturais e epistemológicas (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2006). Ensinar geopolítica, nesse horizonte, implica capacitar futuros educadores a interpretar essas dinâmicas, articulando escalas globais e locais na compreensão dos fenômenos sociais, bem como problematizando as narrativas hegemônicas do desenvolvimento (AGNEW, 2003).

É nesse quadro que as Cartografias do Bom Viver se apresentam não apenas como recurso didático, mas como abordagem metodológica de caráter qualitativo, participativo e situado. Inspirada na cartografia social e na pesquisa-intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), essa proposta compreende o processo investigativo como produção coletiva de conhecimento, no qual sujeitos, territórios e experiências são mobilizados como fontes legítimas de análise. A cartografia, nesse sentido, não se limita à representação espacial, mas constitui-se como dispositivo analítico que permite acompanhar processos, visibilizar relações e problematizar dinâmicas territoriais.

No âmbito desta investigação — desenvolvida no contexto do estágio pós-doutoral e articulada à prática docente na disciplina de geopolítica no Instituto Politécnico de Bragança — a cartografia tem sido utilizada como estratégia formativa para promover a leitura crítica





do território. Por meio de atividades que envolvem mapeamento de experiências locais, análise de arranjos produtivos e identificação de práticas comunitárias, os estudantes são convidados a interpretar o espaço vivido como expressão de relações de poder e de alternativas ao desenvolvimento hegemônico. Trata-se, portanto, de uma metodologia que articula ensino, pesquisa e extensão, aproximando o processo formativo das realidades concretas.

Ao mapear experiências vinculadas à economia solidária, à sustentabilidade e à cooperação, essas práticas tornam-se objeto de análise geopolítica, evidenciando tensões entre modelos de desenvolvimento dominantes e formas emergentes de organização social (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2011). Nesse processo, o conceito de Bom Viver opera como lente interpretativa, permitindo compreender tais experiências não como exceções, mas como expressões de racionalidades outras, baseadas nas relações, na reciprocidade e na centralidade da vida.

Do ponto de vista pedagógico, a utilização dessa abordagem contribui para aproximar teoria e prática, ao inserir os estudantes em processos ativos de investigação territorial. Esse movimento favorece o desenvolvimento de competências fundamentais para o ensino de geopolítica crítica, tais como a leitura sistêmica de problemas sociais, a articulação entre diferentes escalas de análise e a capacidade de interpretar conflitos territoriais a partir de contextos concretos. Além disso, fortalece a dimensão reflexiva da formação docente, ao estimular o diálogo com diferentes sujeitos e a problematização de realidades vividas.

Essa abordagem articula-se ao campo das Tecnologias Sociais (DAGNINO, 2009), entendido como produção coletiva de soluções orientadas à transformação social e ao desenvolvimento local. Ao integrar tais experiências ao processo formativo, amplia-se o conceito de inovação pedagógica, deslocando-o de uma perspectiva tecnicista para uma dimensão relacional, territorializada e politicamente engajada. Inovar, nesse contexto, não significa apenas adotar novas ferramentas didáticas, mas reconfigurar as relações entre conhecimento, território e prática educativa.

Ao posicionar o ensino de geopolítica crítica no centro da formação docente, abre-se

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 10 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





espaço para uma pedagogia comprometida com a leitura das desigualdades e com a construção de alternativas. As Cartografias do Bom Viver, nesse sentido, operam como mediação metodológica que permite tornar visíveis práticas sociais frequentemente invisibilizadas, contribuindo para ampliar o repertório analítico dos futuros educadores. Ao mesmo tempo, evidenciam que ensinar geopolítica pode constituir-se como prática crítica ao desenvolvimento, articulando análise territorial, engajamento pedagógico e produção de conhecimento situado.

Assim, a inovação pedagógica proposta neste artigo não reside na introdução de uma técnica específica, mas na reorganização do processo formativo em torno de uma metodologia crítica, participativa e territorialmente situada. Trata-se de formar professores capazes de interpretar o mundo em sua complexidade geopolítica e de traduzir essa leitura em práticas educativas que fortaleçam a democracia como experiência viva, ainda que em um processo investigativo em construção e aberto a novos desdobramentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise democrática contemporânea evidencia que a formação docente não pode permanecer dissociada das dinâmicas geopolíticas que estruturam desigualdades entre territórios, saberes e sujeitos. Mais do que um cenário conjuntural, trata-se da expressão de um padrão histórico de poder que articula colonialidade, capitalismo e produção de conhecimento, sustentando hierarquias globais e modos hegemônicos de desenvolvimento (MIGNOLO, 2008; SANTOS, 2006). Nesse contexto, argumenta-se que o ensino de geopolítica crítica não constitui apenas um campo de conhecimento, mas uma prática político-pedagógica fundamental para desnaturalizar essas estruturas e produzir leituras contra-hegemônicas do mundo.

O diálogo entre Walter Mignolo (2008), Alberto Acosta (2016), Eduardo Gudynas (2011) e Boaventura de Sousa Santos (2006), articulado ao conceito de Bom Viver e às Epistemologias do Sul, permitiu compreender a democracia não como forma institucional





estabilizada, mas como processo em disputa, atravessado por conflitos territoriais, epistemológicos e civilizatórios. Nesse horizonte, ensinar geopolítica implica tensionar narrativas dominantes, questionar a universalização do desenvolvimento e abrir espaço para a emergência de racionalidades outras, historicamente subalternizadas.

As Cartografias do Bom Viver, mobilizadas como abordagem metodológica, evidenciam que os territórios são também espaços de resistência e criação, onde se produzem práticas que desafiam a lógica do crescimento ilimitado e da mercantilização da vida. Ao tornar visíveis essas experiências, a cartografia social opera como dispositivo crítico que desloca o olhar geopolítico do centro para as margens, permitindo reconhecer a potência política de práticas comunitárias frequentemente invisibilizadas (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2011). Nesse sentido, mais do que recurso metodológico, trata-se de uma estratégia de produção de conhecimento comprometida com a transformação social.

Do ponto de vista da formação docente, essa abordagem implica reconhecer que ensinar geopolítica não é um ato neutro, mas uma escolha ética e política sobre quais mundos se tornam ensináveis e quais permanecem silenciados. Incorporar o Bom Viver ao ensino significa, portanto, disputar o próprio sentido da educação, deslocando-a de uma lógica de adaptação ao sistema para uma perspectiva de problematização e reinvenção do mundo. Trata-se de formar educadores capazes de atuar não apenas como transmissores de conteúdos, mas como sujeitos implicados na construção de alternativas ao desenvolvimento hegemônico.

Entretanto, é fundamental reconhecer que as reflexões apresentadas neste artigo não se configuram como resultados conclusivos, mas como parte de um processo investigativo em curso. Desenvolvida no contexto do estágio pós-doutoral e da experiência docente na disciplina de geopolítica no Instituto Politécnico de Bragança, esta pesquisa assume caráter exploratório, cartográfico e processual, orientado mais pela problematização do que pela estabilização de respostas. Os dados produzidos até o momento são parciais, situados e abertos, refletindo a própria natureza dinâmica das práticas territoriais analisadas.

Nesse sentido, longe de oferecer sínteses definitivas, o artigo propõe abrir um campo de reflexão sobre o ensino de geopolítica a partir de uma perspectiva crítica ao





desenvolvimento, ancorada no Bom Viver e nas Epistemologias do Sul. Ao fazê-lo, afirma a necessidade de reconfigurar a formação docente como espaço de disputa epistemológica e política, no qual se confrontam diferentes projetos de sociedade. Assim, fortalecer uma democracia viva implica não apenas formar professores capazes de ler o território, mas também de intervir nele, produzindo práticas educativas comprometidas com a justiça social, a pluralidade de saberes e a reinvenção das formas de viver e habitar o mundo.

5. AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio concedido por meio de bolsa de pós-doutorado no exterior, que viabilizou o desenvolvimento desta investigação. Agradece igualmente ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO) pelo suporte institucional e ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB), na pessoa do Professor Doutor Orlando Miguel Pina Gama, pela acolhida acadêmica e pelo diálogo científico que contribuíram para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- AGNEW, J. *Geopolitics: re-visioning world politics*. 2. ed. Routledge, 2003.
- DAGNINO, R. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Komedi, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, 1975.
- GUDYNAS, E. *Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales*. Abya-Yala, 2011.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, 2004.
- MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Autêntica, 2008.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



Ó TUATHAIL, G. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. University of Minnesota Press, 1996.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina, 2009.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Almedina, 2009.

WALSH, C. *Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial*. Abya-Yala, 2009.

Recebido em: 08/09/2026

Aprovado em: 22/09/2026

Publicado em: 08/10/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 10 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

